

António Rodrigues

PSD

Duas legislaturas: VII e XII

Assuntos Europeus, Negócios Estrangeiros, I Comissão (XII legislatura)

Círculo eleitoral: Lisboa

<https://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Biografia.aspx?BID=1132>

A. Relação entre deputados e eleitores (Constituency service)

- Contacto dos cidadãos é feito de duas formas: 1) contacto direto dos cidadãos com os deputados, 2) contacto dos cidadãos com o grupo parlamentar (GP), distribuído pelos deputados pela direção do GP
- nas duas legislaturas onde esteve (VII e XII) o tipo de abordagem dos cidadãos aos deputados mudou extraordinariamente
- “na primeira legislatura recebíamos cartas e respondíamos” por carta. Nessa legislatura começou-se a usar o e-mail e os deputados já tinham todos e-mails, mas a utilização ainda era muito incipiente
- na segunda legislatura onde esteve: “praticamente deixámos de receber cartas. Devo ter recebido duas ou três cartas escritas durante a última legislatura, mas em contrapartida passámos a receber muitos mais e-mails”
- Sobre a segunda forma de contacto: os contactos dos cidadãos dirigidos ao grupo parlamentar, são distribuídos pelos deputados, pela direção do grupo parlamentar, tendo em conta áreas sectoriais, geográficas, responsabilidades políticas.
- Uma pergunta de um cidadão pode transformar-se em lei
- “Um deputado sozinho consegue, por vezes, alterar uma situação de injustiça que existe perante uma solicitação de um cidadão”
- Também há muitas situações de cidadãos que só estão preocupados com a sua situação individual e aquilo é negado automaticamente porque não faz sentido
- E por vezes, os cidadãos acham que temos poderes que não temos, não nos substituímos a uma Câmara Municipal – mas podemos fazer um requerimento à Câmara Municipal
- Ou podemos fazer isso relativamente a uma queixa que nos chega sobre um serviço da administração pública – podemos questionar o governo – isso é uma situação normalíssima que acontece permanentemente sob a forma de requerimento
- E depois, “precisamos de estar disponíveis para ir junto dos cidadãos”, com iniciativas próprias, sectoriais, organizadas pelo grupo parlamentar ou estruturas locais, ou respondendo a convites de entidades (públicas ou privadas) – para contactar com situações fora das quatro paredes do palácio de São Bento, ouvir e ao ouvir somos obrigados a ter que responder e nalguns casos reagir
- Muitas vezes coloca-se uma questão de dúvida metódica ao deputado: sendo certo que somos eleitos por círculos eleitorais, nós não temos a responsabilidade directa de prestar contas a quem nos elege porque a eleição não é directa, é por listas de partidos. Na maior parte dos casos não temos a responsabilidade de responder àquele círculo eleitoral em concreto.

- E obviamente isto acentua-se mais nos grandes círculos urbanos. Um deputado de Bragança é muito mais pressionado para responder e justificar o seu estatuto e responsabilidade. Em Lisboa um deputado é mais anónimo, a não ser que se saia de uma certa dimensão, mas nesse caso é porque passa a ter uma dimensão nacional
- A dimensão do grupo parlamentar também influencia a questão regional/nacional. Um partido com cinco deputados não pode dar o mesmo tipo de resposta, até porque não tem as mesmas responsabilidades regionais. Estará muito mais preocupado com as questões nacionais. Se tenho 80/100/120 deputados naturalmente que posso e devo distribuir o trabalho pelas pessoas para que possam ter todas as análises da situação, geográfica e sectorial
- Também há diferença consoante estou no poder e oposição. Se estou no poder posso agarrar no telefone e perguntar ‘qual é que é a sua perspetiva relativamente a isto?’ Na oposição eu reclamo, no governo eu proclamo.
- Quem inicia o contacto? Numa questão individual é o cidadão.
- Uma das coisas que mudou muito de uma legislatura para outra, foi não só o facto de o deputado estar mais disponível, mas também mais visível e contactável. Recebe-se também mais insultos e críticas.
- Em algumas situações pode ser necessário aprofundar o contacto inicial, proporcionar para que o cidadão seja recebido
- Campanha eleitoral: naturalmente há uma maior disponibilidade para contacto durante a campanha eleitoral – ela serve para isso. Há uma diferença substancial: em campanha eleitoral somos nós que estamos a “vender produto”, depois das eleições respondemos em função daquilo que estamos a fazer.
- Mas o facto de haver um dia por semana de contacto com o eleitorado implica que há uma obrigação do deputado de poder regressar e estar no seu círculo e poder estar disponível para receber os cidadãos
- Por iniciativa própria ou a pedido podem ser marcados contactos no círculo de origem: através de visitas, receber pessoas.
- Qual o papel das novas tecnologias e redes sociais? Tem muita importância. Qualquer deputado hoje tem uma página no facebook para poder receber as questões que os cidadãos colocam e poder publicitar aquilo que faz.
- Não basta um deputado estar disponível para responder e receber as solicitações, também tem que estar disponível para publicitar aquilo que faz para que o cidadão possa saber
- No grupo parlamentar do PSD não há ninguém encarregue de gerir as páginas de facebook dos deputados. São os deputados que gerem a própria página, de acordo com aquilo que os próprios entendem: se querem ter, o que querem publicar.... As orientações gerais do partido eram: não deixar as pessoas sem resposta, mais que não seja “recepcionei o seu pedido, darei a devida atenção”, demonstrar para o exterior que se estava atento.

B. Relações partidos-grupos de interesses

- quando se tem responsabilidades em determinada área recebem-se pedidos de organizações de interesse que tentam fazer lóbi sobre o deputado: entidades patronais, sindicais, organizações de interesse

- O PSD mantém contacto com todas as organizações de interesse: conectadas com a mais extrema esquerda à mais direita possível
- tudo depende das matérias em discussão, dimensão nacional ou local, matérias políticas ou estritamente de acção
- Na legislação laboral, entidades que fazem parte da concertação social são interlocutores privilegiados porque têm uma dimensão nacional
- deputados com uma dimensão mais regional é natural que reúnam com outras associações
- Contacto mais assíduo com algumas organizações faz-se porque elas podem ajudar-nos. Se temos dúvidas elas podem apresentar a análise de todas as vertentes do problema.
- o contacto pode ser iniciativa da associação, do deputado, ou do grupo parlamentar. Se o contacto tem responsabilidade para gerir o dossier, tem autonomia para reunir. Depois há reuniões do GP para relatar questões que seja necessário expor ao colectivo
- Se não estiver na competência legislativa do parlamento, mas estiver na competência legislativa do governo, dirigem-se na mesma ao parlamento para que o parlamento faça pressão política sobre o legislador. Se for uma competência do parlamento tentam com que o parlamento legisle.
- Quando recebemos um contacto deste género: ouvimos, avaliamos e agimos – consoante achamos que é correta, ou se achamos que é incorreta preparamos para o que pode ser a posição dos restantes partidos, que podem ser convencidos
- E essa avaliação por vezes pode não ter a ver com a posição do partido ou a lógica governo /oposição, mas com convicções individuais ou coletivas que se formam dentro de cada GP
- Muitas vezes discordamos do governo que apoiamos, a visão do parlamento [GP] é muitas vezes diferente da do governo
- No caso do PSD, a prática é [comunicação] escrita. Pedido de reunião por carta ou email, ou pode haver contacto telefónico. Uma organização de interesse pode realizar um telefonema a um deputado da direcção do grupo parlamentar a pedir uma reunião. Nesse caso, “o que seria o comportamento normal do deputado era dizer: então envie-me um email para formalizar essa situação para ficar aqui nos nossos registos”.
- Se recebermos um pedido de uma entidade dirigido ao grupo parlamentar isto tem um processo burocrático formal, de registo, para deixar traço para o futuro e por questões de transparência
- Não há acordos para reuniões regulares. Há apenas o contacto quando é solicitado, em função de uma necessidade concreta
- Pode haver convites para reuniões do partido, quando há uma componente técnica em discussão.

C. Actividade parlamentar

Comissões parlamentares (critérios):

Os deputados manifestam a vontade de participar nas comissões. Pedem-se sempre primeiras e segundas preferências. Isto porque é normal não caberem todos nas comissões para as quais queriam ir. E porque também, nalguns casos, é preciso distribuir equitativamente pelas várias comissões deputados que têm maior pendor político e maior pendor sectorial.

Em primeiro lugar, a questão relevante é a preferência dos deputados, depois a distribuição compete ao grupo parlamentar tendo em conta os critérios que dizia há pouco: preferência, necessidade de se ser efetivo e distribuir equitativamente valores pelas várias comissões parlamentares

Por exemplo, um ex-membro do governo na área da justiça gostaria muito de estar na primeira comissão, mas pode ser feita a avaliação pelo grupo de parlamentar de colocá-lo numa comissão onde fique politicamente menos exposto.

As comissões parlamentares são fundamentais a demonstrar o trabalho dos deputados. São transmitidas diretamente. Há uma maior publicitação do que acontece nas comissões, portanto é importante também ter uma avaliação política daquilo que é feito dentro das comissões parlamentares.

Perguntas ao governo:

Decisão individual ou do GP/partido

Nas perguntas escritas ao governo a direção do grupo parlamentar normalmente não intervém e não filtra. Acredita na responsabilidade dos deputados que as fazem. Têm a ver com motivações ou sectoriais ou de dimensão regional; tem a ver com uma lógica que a direção do grupo parlamentar não intervém, nem condiciona.

Se forem perguntas ao governo em plenário ou em comissão parlamentar, há um maior controlo. Se for em comissão parlamentar, há reuniões prévias, dos deputados que fazem parte da comissão conjuntamente com membros da direção parlamentar, nomeadamente com o membro afeto e que coordena essa área. Fazem-se reuniões preparatórias, em que se preparam as perguntas e o momento (primeira ou segunda intervenção). São escolhidas as perguntas que podem criar o maior efeito. E há uma outra avaliação: se esta comissão é transmitida em directo é também importante ter em atenção o impacto mediático.

Em plenário: decisão do grupo parlamentar. Tem a ver com a estratégia do GP e do partido em si. Portanto, as perguntas que são feitas são distribuídas pelos deputados previamente selecionados, tendo em atenção o membro do governo a quem se vai dirigir, o assunto e o momento em que ela vai ser feita. Tem um impacto muito maior em termos externos e de servir a estratégia do partido, numa discussão que é publicitada e transmitida nomeadamente na TV.

Conteúdo das perguntas (programas vs momento político)

Ambos. Obviamente não podemos esquecer os compromissos que tomamos inicialmente, mas também não esquecemos o momento político que se está a viver. O momento político determina também o conteúdo da pergunta, mas o que fundamenta a pergunta tem também necessariamente que ver com o programa de governo com que concorreremos inicialmente.

Isso aplica-se tanto às questões em plenário como nas perguntas escritas ao governo? Depende. A pergunta tem muito a ver com o efeito político que se pretende. Muitas vezes pode-se fazer uma pergunta que se sabe que o membro do governo não pode ou não vai responder. Mas o efeito não é o da resposta é o da pergunta.

Impacto da crise nos temas

Naturalmente que sim, quer na legislatura que terminou em 2011, quer de 2011-2015, a questão da crise económica esteve sempre presente. Na primeira esteve sempre presente e na segunda, por iniciativa da oposição, também. O que estava muitas vezes em cima da mesa era a gestão do programa da troika.

Mas isso não motivava a dimensão das perguntas escritas ao governo, que têm dimensões muito mais específicas e sectoriais, não de política geral.

Oposição vs governo

As perguntas ao governo em comissão parlamentar e em plenário têm uma dimensão totalmente diferente se se é poder ou oposição. No poder, a pergunta é mais cuidada, é para não deixar o governo malvisto, pode até ser feita para que o membro do governo brilhe. Se for na oposição é muito mais panfletária, crítica, negativa.

Quem está na oposição faz muito mais perguntas. Porque tem um diálogo muito menos efetivo com o poder e, portanto, quer obter mais repostas ou deixar o poder embaraçado com a capacidade de ter uma resposta. A oposição não quer saber da resposta, e o poder não quer fazer perguntas.

Dimensão do grupo parlamentar

E a dimensão do GP influencia o número de perguntas escritas? Não, porque aí tem a ver com a motivação individual do deputado. O deputado quer mostrar trabalho. Quer demonstrar que está preocupado com a sua área sectorial. O deputado age em função das respostas que ele próprio dá individualmente.

Até pode acontecer que um deputado do poder faça muito mais perguntas que um deputado da oposição, porque está mais preocupado, atento, as pessoas dirigem-se mais a ele porque é deputado do poder.

Novos deputados:

Influencia, “até porque se alguém tem experiência é mais conhecido. Quem está a começar - além de não conhecer ainda os mecanismos, mas isso aprende-se rapidamente - não é tao conhecido e, portanto, as pessoas não se lhe dirigem tanto”. Mas também depende, há quem comece o primeiro mandato e já tenha experiência de vida e política muito grande, que não tem que ser necessariamente parlamentar, e as pessoas acabam por se dirigir a ele. Por exemplo, um ex-presidente da câmara.

De onde vem os contributos para as perguntas?

- Contacto com os cidadãos e grupos de interesse
- experiência do deputado
- comunicação social (nacional ou local) é um instrumento fundamental, porque se presume que quando uma notícia vem da comunicação social já foi filtrada, o jornalista já ouviu, já tem factos relevantes.

Perguntas assinadas por vários deputados:

- Imensas. Muitas vezes é o deputado individualmente que acha que deve fazer a pergunta e não pergunta a ninguém. Na maior parte dos casos, acontece [a lógica dos] deputados por círculo eleitoral. Quem se lembra de fazer uma pergunta sobre um tema,

junta os colegas do círculo eleitoral e pergunta se querem assinar. Porque normalmente as perguntas escritas têm uma motivação local.

- Por exemplo, acontece muito com os círculos da emigração, assinam sempre e sistematicamente todos.
- Serve para dar suporte e mostrar que não é uma questão individual, mas daquela região. Também para mostrar a quem as recebe, que há ali uma motivação estrutural, de grupo, que dá uma maior força relativamente à questão que está a ser colocada
- Normalmente assina primeiro quem teve a iniciativa, Se for uma matéria demasiado sensível politicamente, pode não ser quem teve a iniciativa, mas quem tem a responsabilidade daquela comissão.

Projetos de lei

Tem a ver com a estratégia política. Se for do poder só apresento um projeto de lei se estiver concertado com a estrutura do poder. Porque não sou eu que vou criar um espaço de confusão ou conflito com os membros do governo (em casos de competência concorrential).

Normalmente, pelo menos no PSD, um deputado não apresenta um projeto de lei individualmente. A proposta tem que ser filtrada, há uma avaliação política desse documento. Mais, preciso do suporte do meu grupo parlamentar, sob pena da discussão nunca ser agendada. No caso do PSD, qualquer alteração a propostas ou projetos de lei passa pela direção do grupo parlamentar.

Se um deputado quer apresentar um projeto de lei, diz à direção do GP que quer ter aquela iniciativa, que a avalia politicamente. E depois até pode ser o deputado a assinar primeiro e a gerir aquele dossier, exceto o agendamento – isso depende também da estratégia política do grupo parlamentar, e da avaliação do momento.

Instrumento mais eficaz para influenciar a agenda política

“Capacidade de poder chegar junto dos jornais”. É a notoriedade e a publicitação da iniciativa que cria espaço, independentemente do instrumento.

Em segundo lugar, a comissão parlamentar – porque é difícil todos os deputados poderem intervir no plenário, por isso é que o trabalho em comissão parlamentar é cada vez mais importante. Como as comissões são transmitidas o deputado tem aqui a possibilidade de introduzir tema, colocar questão, sem filtro e demonstrar o seu trabalho. E como são gravadas, ele próprio pode divulgar esse trabalho, no seu site, na página facebook, mandando para os jornais, e, portanto, influenciar também a agenda política nesse aspeto.

Assinar um projeto de lei dá direito a três linhas num jornal local. Isso não é relevante do ponto de vista de influenciar a agenda política nacional. Mas, o parlamento por vezes também tem a possibilidade de introduzir temas locais, e isso depois é explorado pelo deputado localmente como o entender.

Quem constrói a estratégia nacional é o partido e a direção do grupo parlamentar. Quem se preocupa com a dimensão local é a estrutura local, e os deputados também não estão desgarrados da estrutura que os nomeia – até porque a avaliação depois também é feita em

função disso. Embora, muito poucas vezes é a avaliação do desempenho que é relevante para a continuidade do deputado

A **avaliação do desempenho** em “pouca ou nenhuma” importância. O que é relevante é o posicionamento do candidato a deputado no momento em que as listas são feitas. Pessoa certa, no lugar certo, no momento ideal. “Raramente a avaliação do desempenho é relevante para a continuidade do deputado”. “A avaliação de desempenho passado pouco ou nada conta para o futuro.” Uma avaliação mais quantitativa (número de perguntas) etc nunca é relevante.

A avaliação pode ser feita pela direção do grupo parlamentar, mas são os partidos que fazem as listas. A direção do GP do PSD faz a sua avaliação. Mas apenas pode dar a sua opinião.